



SINTUNESP

Reforma administrativa é ataque ao funcionalismo, aos serviços públicos e aos direitos da população

Os participantes do **XII Congresso do Sintunesp** manifestam repúdio ao projeto encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas à Assembleia Legislativa, o PL 138/2023, que estabelece o início da reforma administrativa no estado de São Paulo.

Embora destinada aos cargos comissionados, essa fase representa, na realidade, um balão de ensaio com medidas que podem ser impostas ao conjunto do funcionalismo paulista. O acaba com aquilo que o governador chama de “penduricalhos”, mas que são direitos previstos no serviço público, como licença-prêmio, quinquênios e outros. A contrapartida oferecida é a remuneração por subsídio: salários maiores que os atuais, que seriam vantajosos apenas no início, sendo corroídos ao longo do tempo.

Com o PL 138/2023, o governador de São Paulo tenta se antecipar à aprovação de uma reforma administrativa no Congresso Nacional (a PEC 32, enviada pelo então governo Bolsonaro), que valeria para todo o país.

A reforma administrativa é parte da lógica política que dá o tom no atual governo do estado, de esvaziamento dos serviços públicos prestados à população e dos direitos dos funcionários públicos que os levam à população, e de transferência dos recursos públicos à iniciativa privada.

Não aceitaremos retrocessos! Não aceitaremos que o governador Tarcísio de Freitas “passe a boiada” e destrua os serviços públicos, que são essenciais para o estado de São Paulo.

Águas de São Pedro, 23 de novembro de 2023.